

## PRÁTICAS ORGANIZATIVAS NA CONSTITUIÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO: UM ESTUDO NO CAMPO DA AGROECOLOGIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ, PARANÁ

William Silvestrini Nishimura (PIC/Universidade Estadual De Maringá/Uem),  
Josiane Silva de Oliveira (Orientadora/Universidade Estadual De Maringá/Uem), e-mail: [josiane.uem@gmail.com](mailto:josiane.uem@gmail.com)

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Sociais Aplicadas /  
Departamento de Administração/Maringá, PR

### Ciências Sociais Aplicadas – Administração

**Palavras-chave:** Práticas organizativas, Agroecologia, Maringá

### Resumo

O objetivo deste projeto de pesquisa foi compreender os efeitos das práticas de organização no campo da agroecologia na constituição do Direito à alimentação. Aproximamos teoricamente o campo dos Estudos Organizacionais, especificamente os Estudos Baseados em Práticas (EBP), com o Direito, a partir dos debates da Antropologia Jurídica. Foi realizada uma pesquisa de campo em uma escola agroecológica localizada na região metropolitana de Maringá, Paraná. Os resultados da pesquisa indicam que o processo organizativo da agroecologia possibilita o Direito à alimentação adequada por destacar o meio ambiente como ponto central dos modos de organização de produção e reconhecer os saberes locais no desenvolvimento das práticas de organização na produção de alimentos.

### Introdução

O objetivo deste projeto de pesquisa é compreender os efeitos das práticas de organização no campo da agroecologia na constituição do Direito à alimentação. Isso porque, em que pese que o campo dos Estudos Baseados em Práticas (EBP) na área de Administração (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013), especificamente nos Estudos Organizacionais, tem se fortalecido a partir do entendimento das organizações como sendo processos, é necessário um avanço teórico destes debates que proporcionem um aprofundamento crítico das análises organizacionais.

Um dos campos de conhecimento que os Estudos Organizacionais podem ampliar suas articulações teóricas é com o Direito (SPOHR; BARROS; GOMES, 2015). Essa aproximação pode auxiliar na compreensão sobre como os processos organizativos tem como efeito, também, a produção de Direitos na sociedade contemporânea, pois os Direitos também se constituem com base em práticas sociais (WOLKMER, 2006).

Uma das lutas históricas de organizações que atuam na área de produção de alimentos no Brasil é a garantia do Direito à alimentação. Para Fontoura e Naves (2016), os debates sobre os sistemas agroalimentares se

tornaram mais relevante após as crises financeiras internacionais do ano de 2008, por colocar em debate o papel da agricultura para a garantia da segurança alimentar. Para as autoras, em oposição ao agronegócio, a agroecologia, no Brasil, se desenvolve especialmente a partir da década de 1980 com a proposição de práticas agrícolas alternativas ao uso de agrotóxicos, a centralidade de produção de commodities e tem se intensificado por meio de ações com agricultores familiares, camponeses, comunidades tradicionais e indígenas que compõem a sua base.

Diante desse contexto, o questionamento que orienta esse estudo é: como práticas de organização no campo da agroecologia constituem o Direito à alimentação? Para o desenvolvimento desse questionamento, foi realizado um estudo sobre o trabalho desenvolvido por uma escola agroecológica localizada na região metropolitana de Maringá, Paraná, que atua no campo de pesquisa estudado há mais de quinze anos. Foram realizadas entrevistas com dois representantes da escola e uma visita ao local onde o trabalho da escola foi desenvolvido.

Os principais resultados da pesquisa visam contribuir com um avanço teórico da área da Administração ao aproximá-lo com a área do Direito para a compreensão dos efeitos das práticas organizativas na dimensão jurídica da sociedade. Também destacamos debates processos organizativos que se propõe a produzir outras formas de organização do sistema produtivo agrícola para além das formas hegemônicas que temos no país.

## Procedimentos metodológicos

Foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa (DENZIN; LINCOL, 1994) com uma organização fundada no início dos anos 2000 na Região Metropolitana de Maringá, Paraná, cujo objetivo é o ensino técnico em sistemas produtivos agroecológicos, especialmente para pequenos produtores, agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária. Esta organização tem apoio de universidades para o desenvolvimento de ensino e pesquisa em seu campo de atuação, bem como para as práticas pedagógicas utilizadas pela mesma.

Com aproximadamente trinta sujeitos que atuam diretamente em suas atividades, realizamos entrevistas semiestruturadas (DENZIN; LINCOL, 1994) com dois gestores da organização pesquisada durante o mês de julho de 2017. O roteiro das entrevistas foi estabelecido a partir de quatro eixos temáticos, construídos com base na revisão teórica: (1) descrever as ações conjuntas que são realizadas com outras organizações para o desenvolvimento do objetivo de trabalho da organização; (2) caracterizar o atual contexto de produção de alimentos no Brasil e no Paraná; e (3) caracterizar o que é a produção agroecológica. Deste modo, foi possível discutir como as concepções sobre a agroecologia estão imbricadas em suas práticas cotidianas de forma a concebê-la, ou não, como vinculado a um Direito. Também foi realizada observações (DENZIN; LINCOL, 1994) na escola em estudo durante a realização de uma visita, a qual foi possível conhecer as instalações onde o trabalho é desenvolvido.

Os resultados do estudo são analisados a partir de uma perspectiva interpretativa, onde serão produzidas categorias de análise vinculada aos principais conceitos teóricos deste estudo, sendo estas práticas de organização, agroecologia e direito à alimentação. É preciso destacar que os nomes utilizados ao longo do estudo, da escola e dos sujeitos entrevistados, são fictícios.

## Resultados e Discussão

As ações desenvolvidas na escola são ocorrem a partir das demandas da sociedade, o que caracteriza as práticas de organização da escola em estudo tendo como base o contexto social de ação onde a escola de constitui como organização (OLIVEIRA; CAVEDON, 2016). Sendo assim, cursos, atividades e discussões ocorrem de forma a garantir com que o público-alvo de suas atividades tenham efetiva participação na construção política da organização. Esse público é definido como sendo beneficiários da reforma agrária, pequenos agricultores e agricultores rurais, caracterizando a escola domo um movimento da agroecologia (FONTOURA; NAVES, 2016).

Um exemplo sobre como essa aproximação acontece foi na alteração da denominação de um dos cursos técnicos desenvolvido na escola. Quando ofertado pela primeira vez no início dos anos 2000, esse curso era denominado de técnico agrícola, sendo alterado e, atualmente, denominado de técnico em agroecologia, justamente pela ampliação dos debates sobre os modos de produção de alimentos no país com o público-alvo da escola.

A escolha dessa denominação tem relação com o entendimento, de acordo com os entrevistados, de que a agroecologia é um modelo organizacional de produção de alimentos que reconhece tanto a questão da relação dos seres humanos com a natureza, mas, especialmente, com a agricultura familiar. Ao contrário do agronegócio, cujo objetivo não é a produção de alimentos, mas de mercadorias, a agroecologia reconhecer a questão dos saberes locais e a natureza como ponto central dos meios de produção. Com efeito, nesse processo organizacional não são utilizados mecanismos que agridam o meio ambiente, bem como os seres humanos.

Outro ponto importante destacado pelos entrevistados no processo organizativo do modelo agroecológico (FONTOURA; NAVES, 2016) é a atuação das universidades. A realização dos cursos ofertados na escola ocorre, também, por meio de parcerias com universidades devido a necessidade de domínio de conhecimento científicos em áreas que a escola não tem profissionais específicos para as atividades de formação. Essas parcerias possibilitam tanto a capacitação dos estudantes que frequentam os cursos, como constroem uma relação mais próxima destas instituições com as demandas da sociedade, especialmente pela oferta de cursos ocorrer de acordo com a demandas da população residente no meio rural.

## Conclusões

Respondendo ao questionamento inicialmente nesse estudo, de compreender como práticas de organização no campo da agroecologia constituem o Direito à alimentação, foi possível identificar que, para os

entrevistados o modelo do agronegócio que atualmente se desenvolve no país não produz alimentos, mas, sim, mercadorias. O problema dessa centralidade no mercado é retirar questões relacionados ao meio ambiente, aos modos de vida rurais, especialmente familiares, mas, especialmente, do acesso à terra no debate sobre a produção de alimentos no Brasil.

O modelo da agroecologia (FONTOURA; NAVES, 2016) se constitui como uma alternativa do processo organizativo de produção de alimentos no país, pois destaca a relação com o meio ambiente, a questão da distribuição de terras e a produção dos agricultores familiares, assim como a relação com universidades, práticas organizativas relevantes para o desenvolvimento do movimento agroecológico, assim como caminho de viabilização do Direito à alimentação adequada.

### Agradecimentos

Agradecemos ao programa de iniciação científica da Universidade Estadual de Maringá pela oportunidade de desenvolvimento da pesquisa, ao Departamento de Administração pelo apoio no desenvolvimento do estudo e escola que foi objeto de estudo nesse projeto pelos ensinamentos que nos proporcionaram durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

### Referências

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs). **Handbook of qualitative research**.

London: Sage, 1994.

FONTOURA, Y.; NAVES, F. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana.

**Organizações & Sociedade**, v. 23, n. 77, p. 329-347, 2016.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v.53, p.156, 2013.

SPOHR, N.; BARROS, A. N.; GOMES, M. V. P. Multinacionais, Governos, Sociedade Civil e Direitos Humanos: Novos Papéis em um Mundo Globalizado. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO (EnANPAD), XXIX, 2015, Rio de Janeiro. **Anais ...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2015.

WOLKMER, A. C. Pluralismo Jurídico, direitos humanos e interculturalidade. **Sequência**, v. 53, p. 113-128, 2006.